



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE INCOMPATIBILIDADES OU IMPEDIMENTOS

(Nos termos do n.º 1 do artigo 10.º da Lei n.º 64/93, de 26 de Agosto,
com as alterações das Leis n.º 28/95, de 18 de Agosto e n.º 12/98, de 24 de Fevereiro)

Os dados recolhidos são processados automaticamente e destinam-se à gestão dos processos relativos ao regime jurídico de incompatibilidades e impedimentos dos titulares de cargos políticos.

1 - Identificação:

Nome:	_____
Data de Nascimento	____/____/____ Estado Civil
Residência	_____
Localidade	_____ Código Postal
Cargo que ocupa	_____
Início de funções	_____

2 – Declaração:

Declara não estar abrangido(a) pelas incompatibilidades ou impedimentos previstos nos artigos 20º e 21º da Lei n.º 7/93, de 1 de Março, com as alterações das Leis n.ºs 24/95, 55/98, 8/99, 45/99, 3/2001, 24/2003, 52-A/2005, 44/2006, 45/2006, 43/2007 e 16/2009 (Estatuto dos Deputados).

3 – Enumeração de cargos, funções e actividades profissionais:

Além do **cargo de deputado(a)**, exerce qualquer outra actividade? (n.º 4 do artigo 21º do referido estatuto e n.º 1 do artigo 10º da Lei n.º 64/93, de 26 de Agosto).

Sim _____ Não _____

Se respondeu sim, qual a natureza (profissional, empresarial, associativa ou fundacional, etc; remunerada ou gratuita) da outra ou das outras actividades de exercício continuado que desempenha e respectiva identificação:

4 – Participações Sociais:

Indicação das participações sociais que eventualmente detenha no capital de qualquer sociedade, devidamente identificadas através da denominação e sede social respectivas e da percentagem desse capital a que as mesmas participações correspondem. (parte final do n.º1 do artigo 10º da Lei n.º 64/93).

_____, _____ de _____ de _____

(Assinatura)